

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

Recurso Administrativo

Ao PODER JUDICIÁRIO
Ao Tribunal Superior Eleitoral
Ao Tribunal Regional Eleitoral na Bahia

Referente ao Edital Número 21/2021

Salvador, 30 de Agosto de 2021.

Do Recurso

A empresa Alberto Antonio Alves de Oliveira Granato, CNPJ 08.202.383/0001-92 vem, respeitosamente, através desta, interpor recurso referente a sua desclassificação.

Cabe ressaltar que, quando solicitada a apresentar sua documentação comprobatória, assim o fez, tempestivamente.

Todavia, foi desclassificada com o argumento de que seus atestados não atendem ao objeto ora licitado, uma vez que o referido curso a ser contratado será na modalidade online; e, os atestados apresentados pela empresa, então arrematante, e desclassificada, apontavam Atestado de Capacidade Técnica em formato presencial em Curso de Oratória.

Desta forma, cabe destacar que esta licitante encaminhou diversos atestados de capacidade técnica, originários de contratos prestados junto à administração pública, com enfoque e tema de serviços de natureza similar ou até mesmo superior, em questão de carga-horária e conteúdo programático, ou mesmo com maior quantidade de temas desenvolvidos.

Também enviou atestados de cursos desenvolvidos e realizados em formato online. De modo que atende plena e satisfatoriamente a condição técnica.

Ocorre que o critério adotado pelo edital, e utilizado para a desclassificação desta empresa, limita a concorrência, não privilegiando nem o menor preço ofertado, nem a boa condição técnica da equipe que irá realizar o serviço.

Logo, vale reforçar que, no campo jurídico, conforme Parecer Número 30 do Tribunal de Contas da União – Informativo de Jurisprudência sobre Licitações e Contratos n. 30, das Sessões 17 e 18 de agosto de 2010, quanto à exigência editalícia dos atestados:

“Exigência editalícia de que um dos atestados envolva objeto idêntico ao licitado:

O relator comunicou ao Plenário haver adotado medida cautelar determinando à Prefeitura Municipal de Ibatiba/ES que se abstivesse de praticar “quaisquer atos visando dar execução” aos contratos decorrentes das Tomadas de Preços n.os 3 a 8/2010, até que o Tribunal decida sobre o mérito das questões levantadas em processo de representação. Os referidos certames tiveram como objeto, em síntese, a construção de praças e a execução de obras de drenagem e pavimentação em ruas do município. Em seu despacho, o relator chamou a atenção para o fato de que o edital exigia que um dos atestados apresentasse objeto idêntico ao licitado, ao passo que a Lei n.º 8.666/93, em seu art. 30, § 1º, I, estabelece que a comprovação de aptidão para execução de obra ou serviço deve ser pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação. Para o relator, a melhor exegese da norma é a de que “a referida comprovação de aptidão deva ser demonstrada exclusivamente mediante a comprovação de serviços similares, e não idênticos àqueles a serem contratados. Os quesitos a serem exigidos nos atestados devem, ainda, ficar restritos ao mínimo necessário a assegurar a competência técnica da licitante”. De acordo com o relator, este e outros fatos mencionados pela representante, somados ao pequeno número de empresas que acorreram a cada um dos certames, suscitavam questionamentos acerca da real disputa entre os participantes. Por fim, considerou presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, requisitos indispensáveis ao deferimento da medida cautelar, referendada pelo Plenário. Decisão monocrática no TC-021.115/2010-9, rel. Min. Benjamin Zymler, 18.08.2010”.

Ressalta-se ainda que o art. 30, da Lei 8.666/93, estabelece:

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Vejamos, se são serviços SIMILARES ou EQUIVALENTES, então os atestados apresentados pela empresa Alberto Antonio atendem às exigências editalícias.

Ainda neste sentido, seguem as seguintes decisões do Tribunal de Contas da União, que tratam sobre a aceitação dos atestados de capacidade técnica para a celebração de contratos administrativos:

“Com efeito, esta corte tem firmado entendimento de que a exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional por meio de atestados que demonstrem experiência na execução dos serviços deve referir-se às parcelas de maior relevância técnica e corresponder a percentuais razoáveis, sob pena de restringir a competitividade do certame, em afronta ao art. 3º, par. 1º, inciso I, da Lei 8.666/93”. (Acórdão nº 585/2009, Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler)

"As exigências de comprovação de qualificação técnico-profissional devem se restringir às parcelas que sejam, cumulativamente, de maior relevância e valor significativo e indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações". (Acórdão nº 1.876/2006, Plenário, rel. Min. Augusto Nardes)

Ainda, sobre a questão da Análise do Atestado de Capacidade Técnica, o entendimento do TCU é de que o administrador não pode julgar a compatibilidade dos atestados em critérios subjetivos, uma vez que o mesmo está adstrito ao princípio da vinculação ao edital e da imparcialidade, ambos expressos no art. 3º da Lei de Licitações.

Quanto a Desclassificação:

Esta empresa entende que sua desclassificação é descabida, pois, qual é de fato o requisito técnico que ela não possui, para ser desclassificada? Realizou o curso ora solicitado, no caso de Oratória; e possui experiência em desenvolvimento e realização de cursos online. Ou seja, reúne condições técnicas para o perfeito cumprimento do objeto.

Do Pedido:

Diante de tal observação, esta empresa solicita, respeitosamente, que se habilite a empresa Alberto Antonio Alves de Oliveira Granato, tornando-a vencedora do pregão, e realizando sua consequente adjudicação.

Assinado, abaixo, por seu Representante Legal.
Alberto Antonio Alves de Oliveira Granato.

[Voltar](#) [Fechar](#)